

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/41033</b>	<b>53983/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data Assinatura: 12/02/2025  
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



## PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

**Processo:** 2024/500.10.301/278

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Processo de migração

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Assunto:**

**Local da obra:** Rua dos Congregados Nº:17, 21, 25 e 27 Braga (São Vítor) Braga, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/40770 de 12 de Dezembro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Conforme informação que antecede, verificando-se a inércia do visado em dar continuidade ao pedido de legalização, processo 4337/2022, requerimento 47565/2024, tendo em vista a legalização das obras de alteração e união de frações, concretizadas sem o devido controlo prévio, bem como a utilização do espaço verificada, somos a propor:

1 - Que o procedimento para a reposição da legalidade urbanística, suspenso por despacho do Sr. Vereador do Pelouro João Rodrigues de 4/06/2024, seja retomado.

2 - Notificar o proprietário do prédio, nos seguintes termos:

- Verificando-se a inércia de V. Exa em dar continuidade ao pedido de legalização, processo 4337/2022, requerimento 47565/2024, tendo em vista a legalização das obras de alteração e união de frações, concretizadas sem o devido controlo prévio, bem como a utilização do espaço verificada (clínica de medicina física e reabilitação), é retomado o presente procedimento para a reposição da legalidade urbanística, suspenso por despacho do Sr. Vereador do Pelouro João Rodrigues de 4/06/2024.

Nesse sentido, nos termos do disposto no artigo 102.º A do RJUE, na sua redação atual, dispõe V. Exa do prazo de 45 dias uteis para dar continuidade ao pedido de legalização em causa.

Caso não proceda à referida legalização, voluntariamente, este Município ponderará entre:

a) Se possível, a legalização oficiosa com taxas especialmente agravadas a exigir o respetivo pagamento ao seu proprietário, de acordo com o n.º 8 do artigo 102.º A do RJUE, na sua atual redação;

b) A cessação de utilização coerciva, nos termos da al. g), do n.2, do artigo 102.º e artigos 107.º e 108.º e 109.º do RJUE, na sua redação atual



c) A realização de trabalhos de correção, nos termos da al. c) do n.2 do artigo 102 e artigos 105.º, 107.º e 108.º do mesmo diploma legal.

- Dar conhecimento de tal diligência a todos os interessados.

## **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

